

IDENTIDADES RELIGIOSAS DOS/DAS DOCENTES E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRATO COM O GÊNERO E A DIVERSIDADE SEXUAL EM SALA DE AULA*

Valdir Eneias de Melo, UNICAP

Resumo

Este artigo remete a um recorte do projeto de mestrado em desenvolvimento, vinculado ao programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, denominado de – O Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade da Rede Municipal do Recife: limites e avanços da sua atuação a partir das perspectivas religiosas de docentes. O presente trabalho tem por objetivo analisar de que forma as identidades religiosas dos/das docentes podem interferir na maneira como lidam com as questões de gênero e diversidade sexual em sala de aula. Metodologicamente, foi elaborado a partir da revisão bibliográfica, sendo utilizada como fonte literária uma revisão em periódicos e livros que abordassem as temáticas da diversidade sexual e de gênero, pois por se tratar de um projeto de mestrado, ainda não foi realizada a pesquisa de campo. A partir do levantamento bibliográfico, foi percebido que as identidades religiosas podem interferir na maneira como os/as docentes abordam as questões de gênero e da diversidade sexual. Considerando suas pertenças religiosas, os/as professores/as tendem a construir práticas educativas com suas subjetividades permeadas pelos conceitos de anormalidade e normalidade defendidos e divulgados por algumas religiões. Nesse sentido, apresentam dificuldades em lidar com outros modos de ser que distem do que aprenderam como normal e aceitável socialmente e religiosamente. A escola, enquanto espaço de diálogo, não deve silenciar sobre as questões atinentes à sexualidade e gênero. É fundamental que atue no sentido de desconstruir os preconceitos e estigmas legados aos que não se enquadram no padrão da heteronormatividade e que as práticas educativas sejam construídas de maneira a contemplar a diversidade existente em sala de aula.

Palavras-chave: Identidades religiosas. Diversidade sexual. Gênero.

Algumas palavras iniciais...

Uma das discussões mais presentes na contextura atual, em diversas esferas da sociedade, como nos movimentos sociais, universidades e escolas, é o trato com a diversidade humana. Tais debates ressaltam a necessidade de reconhecer as pluralidades de modos de ser e de pensar o mundo, bem como evidenciam a importância de garantir aos indivíduos a manifestação de suas identidades diversas, opiniões e leituras de mundo.

---

* Trabalho apresentado no III Congresso Nordestino de Ciências da Religião e Teologia, realizado entre os dias 8 e 10 de setembro de 2016, na UNICAP, Recife. GT 13 – Gênero, religião e espiritualidade.

Na contramão das discussões evidenciadas, existe uma série de discursos de intolerância, permeados por extremismos e fundamentalismos religiosos, políticos e de outras naturezas que tentam silenciar debates necessários como os que se referem às questões de gênero, etnia e a diversidade sexual. Verifica-se, assim, a existência de alguns impedimentos e/ou interferências na construção de uma sociedade mais equânime, dialógica e plural.

No presente artigo, ressaltam-se os contributos da escola e a necessidade de que tal espaço seja percebido e efetivado enquanto lugar do diverso, da pluralidade e da troca de saberes, como pressupõe a legislação educacional e como consta, por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN-9394/96). Porém, percebe-se que mesmo mediante a legislação vigente, na prática, muitos ainda são os discursos conservadores e excludentes que circulam no espaço escolar, o que se observou a partir de minha atuação enquanto docente na rede municipal de ensino do Recife, no âmbito da Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Enquanto professor, com identidade de gênero masculina e orientação sexual divergente da heterossexualidade, deparo-me com falas alicerçadas em preconceitos e nos lugares atribuídos para o feminino e masculino na sociedade e na escola. Não raros são os casos em que se verifica a existência de docentes fazendo uso de suas leituras religiosas para tecerem comentários acerca das questões de gênero e sexualidade, bem como para normatizar os espaços que devem ser ocupados por homens e mulheres. Mesmo mediante o princípio da laicidade do Estado, percebe-se que os discursos religiosos aparecem de forma marcante no cotidiano escolar e acabam balizando falas e ações que negam ao outro o direito de ser diverso, de não se "adequar" e "pactuar" com os padrões de "normalidade" e "anormalidade".

Parte-se da compreensão de que é direito do indivíduo a escolha ou não de uma crença religiosa e a sua manifestação. Porém, tal manifestação

não pode ser empreendida desrespeitando o princípio da laicidade do Estado e a opção do outros em possuir crenças religiosas diversas e, inclusive, de optar por não praticar uma religião. Além disso, as manifestações religiosas não podem almejar interferir negativamente na maneira como os indivíduos lidam com seu corpo, com o gênero e com a diversidade sexual.

Frente ao cotidiano escolar observado, as leituras empreendidas para a construção do projeto de pesquisa de mestrado denominado: *O Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade da Rede Municipal do Recife: limites e avanços da sua atuação a partir das perspectivas religiosas de docentes* e das inquietações florescidas na convivência em sociedade, senti a necessidade de elaborar um artigo que tivesse como pedra de toque as identidades religiosas dos/as docentes e as questões de gênero e sexualidade. Assim, elenco como objetivo geral analisar de que forma as identidades religiosas dos/das docentes podem interferir na maneira como lidam com as questões de gênero e diversidade sexual em sala de aula.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica aqui entendida como o passo inicial de uma investigação científica. Constitui-se de um levantamento de dados a partir de materiais já publicadas em livros, artigos, dissertações e teses, considerando as contribuições de autores como Brandão (2012), Carraca (2009), Freire (2011) e Louro (1997, 2011). Constitui-se em uma tentativa de refletir acerca do recorte temático proposto para o presente artigo, bem como de ampliar e aguçar o olhar para o projeto de mestrado em desenvolvimento, tendo em vista que também lança um olhar para a interface entre questões religiosas e práticas educativas atinentes as questões de gênero e sexualidade.

Na tentativa de alcançar o objetivo evidenciado, o artigo foi organizado em três momentos. De início são apresentados alguns apontamentos no que se refere ao gênero e a diversidade sexual no contexto escolar. Em seguida, evidencia-se a escola enquanto o espaço do diverso e que deve ter a sua prática alicerçada na busca da promoção do respeito à pluralidade do ser humano. Por fim, evidenciam-se as

interferências ou ressonâncias das identidades religiosas dos/as docentes no que tange à abordagem, em sala de aula, das questões de gênero e de diversidade sexual.

Apontamentos acerca do gênero e da diversidade sexual no contexto escolar

O espaço escolar é, sem dúvida, um dos locais mais propícios à interação entre as pessoas e também um lugar em que tais sujeitos enfrentam discriminações por parte de colegas, e, porque não dizer, muitas vezes, por parte dos/as professores/as e dirigentes e demais componentes da escola, comumente encontrando obstáculos para que possam desenvolver atividades consideradas não adequadas para seu sexo/gênero. Essa e outras questões implicam na necessidade de entender e analisar questões relacionadas às temáticas da sexualidade, tais como: sexo, relações de gênero e orientação sexual, ou seja, as diferenças sexuais que, em muitos casos, são utilizadas para justificar atos de violência nas escolas, bem como nos demais espaços da sociedade.

A título de conceito:

> Gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de "masculino" e "feminino" como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. (CEPESC, 2009, p. 5).

A compreensão do conceito de gênero ajuda a entender melhor o modo como homens e mulheres se relacionam historicamente nos espaços públicos e, também, no âmbito privado.

Destaca-se a importância que a escola tem nesse processo de disseminação e debater em torno dessa temática, haja vista que a escola é um campo fértil para identificação das questões que envolvem a opressão, os preconceitos, o racismo, a LGBTfobia, o sexismo, a misoginia e a discriminação sexual apresentados nas mais diversas formas. Assim, as discussões de gênero e diversidade sexual precisam adentrar os espaços, pois a partir dessas discussões pode-se, enfim, pensar na minimização dos conflitos existentes na sociedade e, sobretudo, no contexto escolar, motivados pelas diferenças de gênero e diversidade sexual.

Outro aspecto que merece destaque, diz respeito aos lugares historicamente legados para os homens e mulheres, sendo o espaço público historicamente restrito aos homens e o espaço privado, lugar de mulher. (CARRARA, 2009), visto claramente na divisão social do trabalho e nas tarefas atribuídas aos homens e as mulheres.

Durante muitos séculos, as mulheres ficaram restritas ao mundo do lar (doméstico). No século XX, por exemplo, o mercado de trabalho era um espaço de hegemonia masculina. Embora hoje a presença feminina no mercado de trabalho seja expressiva, não se pode deixar de perceber os obstáculos e dificuldades que elas enfrentam, muitas vezes, em decorrência do gênero. De tal forma, o rompimento com a hegemonia masculina nos espaços públicos é, sem sombra de dúvida, uma grande conquista que possibilitou uma maior inserção feminina nas escolas e universidades (CARRARA, 2009).

Partindo do exposto, ressalta-se que as diferenças existentes entre o feminino e o masculino não são um dado natural ou meramente biológico, mas resultam de um processo histórico, cultural e geográfico. As narrativas hegemônicas legou ao masculino o lugar da força, da superioridade, da

valentia e ao feminino a fragilidade, inferioridade, dentre outros estereótipos, tais percepções contribuíram para que, por exemplo, as mulheres fossem exclusas, por décadas, de espaços públicos como o mundo do trabalho, sendo atribuídas apenas ao mundo do privado, ao papel da "mãe protetora" e esposa dedicada, a "rainha do lar".

Na atualidade, principalmente, a partir das ações travadas pelos movimentos sociais, tem sido empreendidos esforços no sentido de questionar e modificar tais lugares, partindo, sobretudo, da compreensão de que as identidades são construídas socialmente e historicamente e que não são as características biológicas relacionadas ao sexo, que definem quais lugares os sujeitos podem e devem ocupar na sociedade. Observa-se, então, que

> o grande desafio talvez seja admitir que todas as posições sociais são circunstanciais, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo. Essas meninas e rapazes que nos parecem tão "estranhos" talvez possam nos ajudar a pensar que as formas como apresentamos a nós próprios e aos outros são, *sempre*, formas inventadas e marcadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos. Todas as representações de gênero ou sexuais se fazem através de sinais e códigos culturais. Afinal nós – que usualmente nos consideramos tão "normais" – também usamos uma série de códigos, gestos, recursos para dizer quem somos, para nos apresentarmos e representarmos como mulheres e homens diante da sociedade em que vivemos (LOURO, 2011, p. 69, grifo da autora).

Aos refletir sobre as palavras da autora citada, pode-se inferir que as formas de ser homem e ser mulher são invenções, criações sociais que enquadram os seres humanos em estereótipos universais de feminino e masculino, ou, seja, os diferentes que na prática somos todos nós, que não se reconhecem nesses modelos são considerados "anormais". Vale ressaltar que não existe um ser humano igual ao outro, mesmo que se definam com a mesma identidade de gênero. Cada um/uma é subjetivo e cultural. No tocante a questão de gênero e diversidade sexual, historicamente e culturalmente convencionou-se que ser homem é ser macho, é dominar, é

poder. Enquanto a mulher para ser feminina deve seguir normas de comportamento que define o que erroneamente é tido como ser mulher. No entanto, as pessoas ultrapassam essas normatizações, o que mostra serem regras questionadas.

A escola enquanto espaço do diálogo e do diverso

Como mencionado, historicamente foram sendo sistematizados padrões de normalidades e anormalidade que ditam, por exemplo, o que é "correto" ou não no que se refere às questões de gênero e as maneiras de vivenciar a sexualidade. Também foram construídos espaços destinados para o feminino e para o masculino. Assim, conceberam-se lugares que "aparentemente", e, de forma "natural", deveriam ser ocupado por homens e por mulheres.

Junto com tais normatizações e/ou padronizações emerge uma série de preconceitos que contribuem para a marginalização e ou exclusão dos indivíduos que não se enquadram nos modelos de ser e de viver ditados e aceitos socialmente. Soma-se a isso a dificuldades que os seres humanos, em muitos casos, possuem em lidar com o que difere do eu e daquilo que se concebe como o "correto", o "aceitável". Surgem, assim, vários discursos que segregam, marginalizam os "desviantes" dos padrões estabelecidos o que gera, inclusive, a negação de alguns direitos de tais indivíduos, como, por exemplo, a manifestação de sua afetividade e sexualidade.

Urge, então, na contextura atual, a construção de estratégias de resistências, de questionamento e enfrentamento aos modelos pré-estabelecidos e tradicionais na perspectiva de assegurar o direito de que os sujeitos possam se assumir como são, em suas pluralidades. Pertinente, torna-se, então o desenvolvimento de um processo dialógico e de conscientização no qual a escola possui um papel central e fundamental.

A LDBEN (9394/96), em seu artigo 2º evidencia dentre os vários princípios que devem nortear o ensino, o "III – pluralismo de ideias e de

concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço a tolerância" (BRASIL, 1996, s/p). Verifica-se assim, a ênfase dada pela referida legislação em promover um ensino que lide e atenda a pluralidade de ideias, concepções pedagógicas o que abre um leque de possibilidades para o entendimento e atendimento as diversas formas de ser dos indivíduos e suas maneiras de ler e interpretar suas vidas e o universo que os cerca.

Sabe-se que a família e a escola são instâncias essenciais para a formação do cidadão e que as experiências vivenciadas em tais espaços interferem nas interpretações que meninos e meninas elaboram para o seu cotidiano e para as questões que emergem na sociedade como, por exemplo, na maneira como lidam com a diversidade humana.

A escola, ao promover práticas educativas problematizadoras e críticas e abrir espaço para as múltiplas formas de ser, contribui para que os sujeitos possam assumir as suas identidades e aprendam a lidar com as suas maneiras de ser e com as maneiras de ser dos outros. Para tanto, a escola e o/a professora/a precisam refletirem acerca de suas práticas e entender que a educação também é um ato cultural, permeado por subjetividades e representações que foram elaboradas acerca dos grupos sociais. Ratifica-se que "[...], o pensamento do educador, não raro se esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura – o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção, [...]" (BRANDÃO, 2012, p.14).

Para que se constitua como espaço do diálogo e do diverso, a escola deve questionar e problematizar a sua função social e práticas educativas gestadas em seu interior, compreendendo a dinâmica do tempo atual em que se insere e que as questões culturais de uma época interferem diretamente na maneira como os discentes lêem o mundo. Além disso, é preciso problematizar os métodos, as correntes teóricas que circulam no espaço escolar, nos livros didáticos compreendendo que também são produções culturais e que, como tal, são permeados por subjetividades e visões de mundo de uma temporalidade.

À escola cabe um papel fundamental de contribuir para que os sujeitos possam pronunciar seus mundos, suas identidades e se assumirem enquanto protagonistas de suas histórias. Assim, ressalta-se que:

> [...], uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a "outredade" do "não eu", ou do *tu,* que me faz assumir a radicalidade de meu *eu* (FREIRE, 2011, p.42, grifo do autor).

Compreende-se ser uma das funções centrais do ensino e das práticas educativas gestadas na escola, a capacidade de promover à assunção de nós e do outro e a compreensão de que a minha constituição enquanto protagonista de minha história e a definição da identidade não perpassa pela negação do outro, daqueles/as que diferem de mim e das interpretações de mundo que possuo.

A escola deve ser constituída enquanto o espaço do plural, tendo em vista que os sujeitos que integram o referido espaço possuem múltiplas identidades e junto com suas identidades trazem para a escola histórias, memórias, experiências de vida que devem ser contempladas nas práticas educativas. Ressalta-se que não basta apenas que tais identidades múltiplas estejam na escola. Elas precisam ser visualizadas, reconhecidas e utilizadas como pedras de toque para a construção de ações educativas que visem à efetivação de debates acerca da diversidade humana. Destaca-se que:

> Se pensarmos que, de acordo com a legislação brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório, poderemos supor que, ao menos em tese, todas as crianças e os/as adolescentes frequentam a escola em algum momento da sua vida. Assim sendo, a ampla gama de diversidade cultural, sexual, social, étnico-racial, entre outras, está presente na escola, que precisa encontrar maneiras de lidar com as diferenças sem que elas se transformem em motivos de preconceito ou

> discriminação. Em outras palavras, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas frequentam a escola e devem ter sua sexualidade e suas identidades respeitadas. Este é também um exercício de cidadania (GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, 2015, p. 2).

No âmbito da percepção da diversidade humana existente na escola, torna-se primaz a construção de práticas educativas que tratem das questões de gênero e da diversidade sexual. Destaca-se que:

> [...], a escola é um lugar privilegiado para o trabalho com educação sexual, visto ser o espaço onde os/as estudantes passam maior tempo da sua vida e também se configura em local essencial para educação formal, além disso, cabe à escola proporcionar uma educação inclusiva, não discriminatória e não sexista, possibilitando ao/a estudante evoluir em sua condição humana (RECIFE, 2014, p. 67).

Para que acolha o diverso, a escola precisa se constituir como um espaço de diálogo e de escuta, o que exige a sensibilidade em perceber o outro, em entender suas leituras de mundo e experiências de vida. Assim, é preciso compreender que a escola não é apenas uma construção de tijolos e cimentos, um prédio estático, mas um espaço em que circulam emoções, sentimentos, identidades e sensibilidades. Assim, educar para a diversidade humana, e, atento as questões de gênero e da diversidade sexual, é um ato de "esquadrinhar" as diferenças e perceber de que maneira formam uma pluralidade e multiplicidade de modos de ser. Dessa forma,

> os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrinhar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados – portanto, não são concebidos – do mesmo modo por todas as pessoas (LOURO, 1997, p. 59).

Frente ao exposto acerca do gênero e da diversidade sexual, bem como da escola enquanto espaço do diálogo e do diverso, nas páginas que seguem busca-se analisar de que maneira as identidades religiosas dos/as docentes podem interferir na maneira como lidam com tais temáticas em sala de aula.

Identidades religiosas dos/as docentes e suas ressonâncias no trato com as questões de gênero e diversidade sexual

A religião enquanto fenômeno abstrato que se confunde com a própria história da humanidade, traz consigo características, dogmas, ideologias, filosofias, regras, símbolos e significados e, tradicionalmente, tem ditado comportamentos que através de seus praticantes, fortalece os vínculos entre a religiosidade, as crenças e valores do campo do sagrado.

Imbricada de paradigmas, as religiões ditam padrões e classificados de normalidade ou anormalidade para os sujeitos adeptos ou não da religião. Tal normatização inclui uma intensa preocupação com as questões relativas aos prazeres da sexualidade, inclusive, dita modelos e regras para vivenciá-la. Assim, os praticantes de cada religião estão submetidos às permissões e proibições no que se refere à vivência de suas sexualidades.

A temática sexualidade que geralmente é submetida a sansões religiosa deve ser debatida em sala de aula no intuito de descontruir conceitos e preconceitos formulados pelo segmento religioso que através do discurso do pecado vem inibindo a sexualidade humana de tal forma que muitos indivíduos acabam por acreditar que a sexualidade e suas práticas é algo pecaminoso, repulsivo e digno de condenação eterna se for vivida com pessoas do mesmo sexo (CAMPOS, 2013).

Tal discurso perpassa os muros da escola e por vezes professores/as também contribuem para o fortalecimento do discurso religioso que inibe e coibi a sexualidade de seus/suas estudantes. No tocante a sala de aula, cada vez mais se torna imprescindível discutir sexualidade nos espaços

escolares por ser um espaço propicio e apto a trabalhar pedagogicamente tais temáticas.

Segundo Louro (1997) são os discursos religiosos que se constituem como 'práticas rotineiras e comuns' que acabam influenciando nas compreensões das pessoas acerca da sexualidade. Por esse motivo é que a cada dia se torna mais necessário que os profissionais da educação, sobretudo, os docentes tenham formação e condições para trabalhar essa temática em sala, pois é através do conhecimento que esse e outros discursos construídos socialmente serão minimizados.

Outro aspecto preocupante também fortalecido pelo discurso religioso é a LGBTfobia, que na atualidade se apresenta de forma cada vez mais violenta na sociedade e nas instituições escolares, pois como

> [...] bem sabemos, a homofobia circula pelos corredores e salas de aula, se insinua nos livros didáticos e aparece escancarada nos recreios e nos banheiros. Temos de aguçar nosso olhar e tentar ficar atentos para os processos que tecem as subordinações e hierarquias entre sujeitos e práticas sexuais, que admitem e excluem indivíduos e grupos sociais (LOURO, 2011, p. 67).

O que se busca é que o debate sobre a sexualidade desmitifique suas práticas e de modo que a compreensão sobre ela e que diminua os preconceitos e as discriminações em torno da sexualidade divergente dos padrões sexuais. O discurso religioso ainda usa o pecado como forma de proibir e inibir a sexualidade e a orientação sexual que difere dos padrões ditos "normal", faz com que muitos equívocos sejam cometidos, levando ao preconceito, discriminação e estereótipos presentes no espaço escolar e até na fala dos/as professores/as.

Apontando para essa perspectiva, coloco em destaque algumas respostas obtidas no decorrer do projeto de mestrado em desenvolvimento, a respeito da discussão de gênero e sexualidade em sala de aula. Quando questionados/as que atitude a escola deve tomar ao saber que o/a aluno/a é homossexual, 01 (uma) professora afirmou que encaminharia o/a aluno/a para orientação psicológica, 02 (duas) professoras responderam que

convocariam os/as responsáveis, 06 (seis) não teriam nenhuma atitude e 04 (quatro) professores/as responderam que tomariam outros encaminhamentos como: trabalhar os/as demais alunos/as da sala, sensibilizar o corpo docente e a comunidade e saber se os/as responsáveis pelo estudante estão cientes. Outros 04 (quatro) docentes afirmaram já ter presenciado situações de violência e/ou discriminação entre professores/as e alunos/as.

Foi perguntado, também, quais limites e a possibilidades eram identificadas para trabalhar com as questões da sexualidade e gênero em sala de aula/escola. Sobre tal questão, os/as professores/as afirmaram que o principal elemento que limita o diálogo e a reflexão sobre tal temática é a crença religiosa dos/das alunos/as, o preconceito, os padrões postos pela sociedade e a falta de interesse da escola.

Percebe-se que as crenças religiosas, em determinadas situações, por exemplo, no contexto escolar se coloca como uma barreira que limita a ação docente e coibi discussões acerca de gênero e sexualidade, ou seja, as ideologias religiosas fazem com que a prática docente dialógica seja limitada e, por vezes, o debate relacionado às questões de gênero e sexualidade acaba não se concretizando. Assim, "precisamos compreender o sentido da educação, da escola e das práticas pedagógicas e as suas relações com a sociedade" (MELO; SANTOS, 2016. p.10).

Tais práticas perpassam pela formação docente, considerando que os/as docentes, enquanto agentes direto do processo de ensino e aprendizagem devem e precisam ser constantemente capacitados/as para atuarem frente às situações de discriminação, preconceitos, visões e atitudes estereotipadas.

Considerações finais

"A escola deve ser o espaço do diverso e do diálogo". Tal frase tem se tornado na atualidade, quase um lugar comum, nas escritas de diversos

estudiosos da educação. Porém, na prática cotidiana de sala de aula, muitos ainda são os desafios para que o espaço escolar se configure, efetivamente, como sendo alicerçado na diversidade humana.

Dentre os elementos que interferem nesse processo, destaca-se a interferências dos vários discursos religiosos, principalmente, quando a pauta em questão é o gênero e a diversidade sexual. Foi justamente a interferência das identidades religiosas dos/as docentes no trato com tais questões que tentei analisar no presente artigo.

Mediante as leituras e reflexões empreendidas, observou-se que existem muitas limitações tanto por parte da própria escola quanto por profissionais que atuam nas escolas. Há também que se perceber que essa é uma discussão relativamente incipiente e, portanto, ainda precisa ser mais explorada no meio educacional. Assim, há necessidade de estudos, informação e formação que busquem compreender de que maneira os aspectos associados à diversidade sexual ainda são tímidos e ressoam na limitação que os/as professores/as sentem diante de situações que exigem conhecimentos sobre o referido tema.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos, 318).

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9424, de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CAMPOS, L. **Religião X gays:** o que cada segmento religioso pensa sobre os homossexuais. Disponível em: <http://acapa.virgula.uol.com.br/revista/religao-x-gays-o-que-cada-segmento-religioso-pensa-sobre-os-homossexuais/13/38/21499>. Acesso: 9 jan. 2016.

CARRARA, Sergio et al (Orgs.). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e

relações étnico-raciais (Caderno de atividades). Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos / SPM/PR / SEPPIR/PR / MEC, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA. **Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de Conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, 4 (03), Belo Horizonte,jan./jul. 2011.Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>. Acesso: 22 mai. 2016.

_____. **Gênero, sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: 1997.

MELO, Valdir Eneias de; Santos, Wanderléia Farias. DIVERSIDADE SEXUAL E IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: reflexões das práticas pedagógicas da Escola Municipal Creusa de Freitas Cavalcanti da rede pública municipal do Recife – PE. IN: XII COLÓQUIO NACIONAL DE REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE – XII CONAGES. Campina Grande – PB. 2016.

RECIFE. Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** subsídios para atualização da organização curricular. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/sites/default/files/Fundamentos_teoricos_metodologicos_digital_0.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.